

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Temer diz a ministros que tinha razão sobre suspeitas..... 2

O Estado de S. Paulo

Título: Projetos liberam 5 milhões de ha de florestas à mineração 7

Folha de S. Paulo

Título: Sem vaias nem aplausos, Temer participa de desfile do 7 de Setembro 9

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Temer diz a ministros que tinha razão sobre suspeitas..... 2

Título: País pode aumentar importação de energia 4

Título: TCU proíbe negociação entre governo e Cemig 5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....6

Título: Aumento da conta de luz foi menor no mês passado 6

Título: Projetos liberam 5 milhões de ha de florestas à mineração 7

Título: Liquigás e Ultragaz pagarão multa..... 8

Título: Cade rejeita recurso da CSN 8

VEÍCULO: Folha de S. Paulo9

Título: Sem vaias nem aplausos, Temer participa de desfile do 7 de Setembro 9

Título: Efeito de furacão nos Estados Unidos favorece Petrobras	10
Título: Alimentos caem pelo 4º mês seguido e compensam disparada do combustível.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Álcool pode ser opção à gasolina.....	12

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Catarina Alencastro, Cristiane Jungblut e Carolina Brígido

Título: Temer diz a ministros que tinha razão sobre suspeitas

Advogado do presidente pede suspensão de eventual nova denúncia do Ministério Público.

Tão logo voltou ao Brasil, ontem pela manhã, o presidente Michel Temer disse ao ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, que as revelações sobre o suposto envolvimento do ex-procurador Marcello Miller no acordo de delação da JBS mostram que ele estava certo sobre essa suspeita, levantada publicamente em declaração à imprensa no dia seguinte à apresentação da denúncia baseada nas gravações do dono da empresa, Joesley Batista.

Foi com Padilha que Temer teve seu primeiro encontro, logo cedo, no Palácio do Planalto, ao retornar da China. No acordo de colaboração fechado por Joesley com a Procuradoria-Geral da República, o empresário apresentou gravações de conversas com Temer e o acusou de ter sido beneficiário de dinheiro de propina.

— O presidente apenas disse: “Afim, os fatos acabaram mostrando que eu tinha razão” — relatou Eliseu Padilha. Em outra frente, o advogado de Temer, Antonio Mariz, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que uma eventual nova denúncia ou novo inquérito contra o presidente sejam suspensos até que seja investigado o conteúdo do áudio com diálogo entre Joesley e Ricardo Saud, outro delator da JBS.

A defesa alega que a suspensão é necessária porque há risco de invalidação das provas obtidas a partir da delação. Segundo Mariz, o áudio levanta a suspeita de que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sabia de uma suposta

negociação informal do acordo de delação da JBS com Marcello Miller, então procurador.

O advogado também argumentou que não se pode aceitar como válidas provas obtidas de um delator que omitiu fatos dos investigadores. O pedido será examinado pelo relator das investigações abertas a partir da delação da JBS, o ministro Edson Fachin. Quando conversou com Padilha, Temer fez referência a uma fala do dia 27 de junho, quando citou o nome de Miller e disse que ele deixou o emprego “dos sonhos” de todo acadêmico de Direito.

“O cidadão (Miller) saiu e já foi trabalhar, depois de procurar a empresa (JBS) para oferecer serviços, foi trabalhar para esta empresa e ganhou, na verdade, milhões em poucos meses”, disse o presidente na ocasião.

CAUTELA NO PALÁCIO

Padilha evitou dizer se Temer sai fortalecido do episódio tornado público na última segunda-feira por Janot, que decidiu investigar a relação entre Miller e os donos da JBS. O ministro reforçou que o presidente está “totalmente tranquilo em relação ao que fez”. — O presidente é forte por natureza.

Ele esteve e está totalmente tranquilo em relação ao que ele fez. Ele sabe o que fez e todas as manifestações no curso desse tempo o mostraram com veemência repudiando as afirmações que eram feitas, e muitas das coisas que ele referiu acabaram se confirmando agora — afirmou. Minutos depois, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que as gravações de Joesley e o acordo de delação foram uma “grande armação”.

— Nós estamos vendo indicações de que houve uma grande armação. O que está pintando, e que precisa ser investigado a fundo, é verificar que tipo de armação foi feita. Se houve uma armação, se houve ganho de recursos, se houve crime, se houve impedimento da avaliação da Justiça, se houve obstrução à Justiça é preciso que tudo seja tratado a pratos limpos — disse Jucá.

“TEMER ESTÁ FELIZ, É ÓBVIO”, DIZ DEPUTADO

Integrante da comitiva de Temer na China, o vice-líder do governo na Câmara, Darcísio Perondi (PMDB-RS), disse que Janot deveria se “demitir imediatamente” e ter, como último ato, o pedido de prisão dos irmãos Batista. — Temer está feliz, é óbvio. Imagina se a Câmara não tivesse derrubado a denúncia vazia, inepta e ilegal que o Janot mandou. Ele está feliz e sereno. E eu, como parlamentar, falo: está na hora de o Janot pedir demissão. Prisão dos irmãos Batista e demissão imediata dele.

Janot, demita-se — disse Perondi. Também integrante da tropa de choque do governo no Congresso, o deputado Beto Mansur (PRB-SP) avalia que a situação de Temer mudou. — O clima está ótimo. O presidente disse: “Estou muito sereno e quero que as instituições continuem a funcionar normalmente” — disse Mansur, que também estava na comitiva.

Em meio ao alívio percebido pelo Planalto, o PMDB lida com outro incômodo: a descoberta, pela PF, de um bunker atribuído ao ex-ministro de Temer Geddel Vieira Lima, com R\$ 51 milhões acondicionados em malas e caixas de papelão. Lideranças do partido não conseguiram escapar do assunto ao convocarem a imprensa para testemunhar a filiação de dois novos quadros que passaram a integrar a sigla: o senador Fernando Bezerra Coelho e seu filho, **o ministro Fernando Coelho Filho**, ao PMDB.

Para Padilha, esta é uma questão pessoal e tem que ser respondida pelo próprio Geddel. — Nós temos questões que são pessoais, e que não cabe ao partido responder. Penso que cada um responde pelos seus atos, e aqui estamos tratando das questões coletivas, do ingresso do senador Fernando Bezerra, no restabelecimento das condições para as eleições que se aproximam em 2018; As questões pessoais ficam com as pessoas para que elas possam responder — encerrou Padilha.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: País pode aumentar importação de energia

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que reúne as principais autoridades da área, informou ontem que avalia aumentar a importação de eletricidade para preservar a água armazenada nos reservatórios usados para gerar energia no Brasil. Uma nova reunião será realizada em quinze dias para decidir quais medidas serão tomadas. O comitê alertou que as previsões meteorológicas indicam chuvas abaixo da média nas áreas das barragens.

Por isso, o governo estuda medidas para economizar a água “tais como o aumento da importação internacional de energia, a adoção de medidas de incentivo ao uso racional de energia e a majoração das transferências de energia entre os subsistemas”. O Brasil importa energia, principalmente, de Argentina, Uruguai e Paraguai. A situação mais crítica é no Nordeste, onde os reservatórios operam apenas com 12% da capacidade. ()

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: TCU proíbe negociação entre governo e Cemig**

Para tribunal, União não pode marcar leilão de usinas e, ao mesmo tempo, discutir renovação de contrato

Em uma decisão que pode afetar a arrecadação deste ano, o Tribunal de Contas da União (TCU) proibiu, ontem, o governo de manter negociações e fechar um acordo com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) em torno de quatro hidrelétricas no estado operadas atualmente pela estatal. A corte entendeu que o governo não pode, simultaneamente, marcar um leilão para a concessão dessas usinas e abrir a negociação com a empresa para a renovação dos contratos. Por isso, determinou que a União só poderá negociar com a estatal caso cancele o leilão.

A equipe econômica espera arrecadar ao menos R\$ 11 bilhões com as concessões das usinas. O valor é importante para fechar as contas públicas deste ano, mesmo após o governo ampliar a meta fiscal de um resultado negativo de R\$ 139 bilhões para um rombo de R\$ 159 bilhões. O leilão das usinas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, marcado para o dia 27 deste mês, transformou-se em uma disputa jurídica entre a União e a Cemig. Ao mesmo tempo em que mantém os preparativos para a concorrência, após forte pressão política da bancada mineira, o governo abriu uma negociação para permitir à estatal comprar as hidrelétricas.

CEMIG VAI RECORRER AO STF CONTRA TCU

O problema é que a Cemig não tem os recursos em caixa e tenta conseguir no mercado os valores necessários para pagar à União. Juntas, as quatro usinas têm capacidade de gerar 2,9 gigawatts de energia, o que representa cerca de 50% do parque gerador da estatal mineira. O acordo que está sendo costurado gira em torno das usinas de São Simão, Jaguará e Miranda — a empresa devolveria Volta Grande, avaliada em R\$ 1,3 bilhão, para ser relicitada. Os valores que seriam repassados à União, pelas negociações agora suspensas, seriam de R\$ 9,7 bilhões. Parte desses recursos viriam da indenização a que a empresa tem direito por investimentos feitos em uma das usinas (R\$ 1,1 bilhão), cerca de R\$ 3 bilhões de recursos próprios e o restante de um empréstimo junto ao BNDES ou bancos privados.

Ao determinar a suspensão das negociações, o TCU considerou ser irregular que o governo mantenha os tramites do leilão e, em paralelo, prossiga uma

negociação exclusiva com a Cemig. Os ministros viram riscos à competitividade da concorrência, seja reduzindo a probabilidade de recebimento de ágios mais elevados nas propostas de preço ou afastando agentes interessados no certame. “O próprio governo que decidiu pela realização do leilão, que delegou ao regulador a realização do procedimento licitatório, que publicou edital de licitação, que foi em busca de investidores potenciais no leilão, é o mesmo que se põe a negociar o objeto do leilão em paralelo com os trâmites convencionais para a realização do leilão”, diz a decisão. O leilão está suspenso por decisão da Justiça de Brasília. O governo já recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas ainda não houve decisão.

Para continuar operando as hidrelétricas, a Cemig alega que o contrato dessas usinas prevê renovação automática das concessões por 20 anos. O governo, entretanto, diz que a estatal optou por não prorrogar as concessões nos moldes previstos em uma lei de 2013, preferindo judicializar a questão, e alega que cabe à União decidir se renova ou não os contratos. Sem o leilão e sem a negociação aberta com a empresa, aumenta a incerteza sobre a capacidade de o governo arrecadar os valores previstos com a concessão. A notícia de que a equipe econômica havia iniciado conversas com a estatal mineira foi malvista no mercado e desanimou empresas interessadas em participar do leilão.

A Cemig informou que vai entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do TCU. — Estamos providenciando uma ação contra o acórdão do TCU. Nós vamos sustentar que impede a gente de cumprir a legislação brasileira, que dá preferência à via de negociação. A decisão do TCU cria um novo desafio para a Cemig. A gente ficou surpreso porque a determinação impede que as partes de um processo judicial possam chegar a um consenso — disse o diretor jurídico da Cemig, Luciano Ferraz. A Advocacia-Geral da União informou que ainda não foi intimada da decisão, mas já iniciou estudos para a apresentação de eventual recurso. O TCU também reclamou de desconhecer os termos da negociação que vem sendo conduzida, tendo apenas conhecimento de notícias veiculadas na imprensa. Além disso, considerou que pode haver irregularidades na tentativa de a empresa conseguir um empréstimo junto ao BNDES, porque recursos do banco público retornariam aos cofres públicos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Daniela Amorim

Título: Aumento da conta de luz foi menor no mês passado

A conta de luz aumentou menos em agosto, o que ajudou a desacelerar a inflação ao consumidor dentro do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) do mês, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O

Índice de Preços ao Consumidor (IPC-DI) subiu 0,13%, após um avanço de 0,38% em julho.

Seis das oito classes de despesa tiveram taxas de variação menores. A maior contribuição para o arrefecimento da inflação partiu do grupo Habitação, que saiu de 1,15% em agosto para 0,23% em julho, sob influência do item tarifa de eletricidade residencial, que passou de alta de 5,95% para aumento de 1,32% no período.

Os destaques partiram dos itens hortaliças e legumes, que passaram de alta de 1,49% para queda de 8,09%. Na direção oposta, as taxas foram mais altas em transportes (de 0,40% para 1,46%) e vestuário (de -0,08% para 0,12%).

Os custos de materiais de construção pressionaram a inflação em agosto. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) avançou 0,36% no último mês, após alta de 0,30%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: Projetos liberam 5 milhões de ha de florestas à mineração

Muito além do imbróglio em torno da extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), há um amplo interesse de mineradoras em explorar áreas protegidas no Brasil. E projetos de lei apresentados ao Congresso, se aprovados, poderiam liberar essa exploração, hoje proibida, em pelo menos 5 milhões de hectares nos próximos oito anos – um aumento de 13 vezes em relação à área hoje usada pela mineração em áreas protegidas.

É o que estima um estudo que cruzou as liberações previstas nesses projetos com cerca de 2.400 pedidos de empresas feitos ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) nos últimos anos para autorização de lavra em áreas onde hoje a exploração é proibida.

O trabalho de pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) levou em consideração os PLs 37/2011 (que propõe liberar mineração em todas as unidades de conservação de uso sustentável);

3682/2012 (que permite converter 10% das áreas de proteção integral para mineração); e 1610/1996 (que libera a mineração em terras indígenas sem restrições). Só o último está em tramitação, mas os autores decidiram incluir os

outros dois na análise “dado o cenário de instabilidade política”, conforme escreveram no trabalho, publicado na revista Environmental Conservation.

O Ministério de Minas e Energia disse, por meio de nota, que requerimentos que se sobreponham a Unidades de Conservação com restrição total à mineração ou a terras indígenas são “inócuos” e serão indeferidos pelo DNPM.

A reportagem também questionou se a pasta apoia os projetos de lei avaliados no estudo. “Nenhum dos projetos de lei citados no artigo atentam ou interferem com a legislação ambiental”, respondeu a pasta. O Instituto Brasileiro de Mineração não atendeu à reportagem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Liquigás e Ultragaz pagarão multa

O Cade fechou acordo ontem com as empresas Ultragaz e Liquigás para encerrar duas investigações de cartel no mercado de distribuição de GLP, o gás de cozinha. Controlada pela Petrobrás, a Liquigás pagará R\$ 62 milhões para arquivar processo que apura suposto cartel para a venda do produto no Nordeste.

A empresa terá que pagar ainda R\$ 2,9 milhões para encerrar outra investigação no Centro-Oeste. A Ultragaz fechou acordo no mesmo processo e pagará multa de R\$ 2,1 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Cade rejeita recurso da CSN

O plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) rejeitou ontem, por unanimidade, recurso apresentado pela CSN e manteve a decisão da Superintendência-Geral da autarquia de aprovar sem restrições a aquisição da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) pela Ternium.

No início de agosto, a superintendência já havia aprovado a operação, citando que o negócio, avaliado em R\$ 1,5 bilhão de euros, não incentivava condutas anticompetitivas. A transação foi anunciada em fevereiro. A Ternium comprou 100% da fatia do grupo alemão Thyssenkrupp na CSA. A CSN recorreu contra aprovação na condição de terceira interessada na operação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: TALITA FERNANDES ANGELA BOLDRINI BRUNO BOGHOSSIAN NATÁLIA CANCIAN DE BRASÍLIA****Título: Sem vaías nem aplausos, Temer participa de desfile do 7 de Setembro**

Após duas horas, o desfile da Independência realizado nesta quinta-feira (7) com a presença do presidente Michel Temer terminou sem registro de vaías ou protestos.

Ao lado de Temer, na tribuna de autoridades, estavam a primeira-dama Marcela Temer, o filho Michelzinho, o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e o ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Assim como no ano passado, Temer dispensou a tradicional faixa presidencial e o carro aberto.

Também estavam na cerimônia os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Torquato Jardim (Justiça), Moreira Franco (Secretaria-Geral), **Fernando Bezerra Coelho (Minas e Energia)**, Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) e Luislinda Valois (Direitos Humanos).

Segundo estimativa da Polícia Militar e Exército, cerca de 20 mil acompanharam o desfile na Esplanada. O número é pouco menor do que o esperado pela Defesa –de 25 mil a 30 mil pessoas.

Embora aparentemente cheias, porém, algumas das arquibancadas instaladas para o evento ainda tinham espaços vazios. Na tribuna destinada a militares, por exemplo, era possível ver cadeiras desocupadas.

O desfile contou com apresentações de estudantes das escolas públicas, que apresentaram músicas como "Sorte Grande", (de Ivete Sangalo) "Não Quero Dinheiro" (Tim Maia) e "Além do Horizonte" (Roberto Carlos). O público aplaudiu quando carros da Polícia Federal passaram.

Nas arquibancadas, o público recebia bandeiras do Brasil. Um segurança do Planalto pediu uma bandeira a crianças de um projeto social que acompanhavam o desfile para levar a Michelzinho, filho de Temer.

O desfile ocorreu ao mesmo tempo em que executivos da J&F (dona do frigorífico JBS) era esperados para prestar depoimento em Brasília.

Joesley Batista e Ricardo Saud prestam esclarecimentos sobre acordo de delação premiada firmado no início deste ano.

Na última segunda-feira (4), Janot anunciou a abertura de uma investigação para apurar possíveis irregularidades nas negociações da colaboração firmada pela JBS com o Ministério Público.

Em gravação entregue aos investigadores, Joesley mostra possível atuação do ex-procurador Marcello Miller, que atuou na Lava Jato no grupo do procurador-geral, Rodrigo Janot, no acordo de delação.

A suspeita é que Miller tenha ajudado os executivos a elaborar a proposta de delação, como indica um áudio entregue à PGR na última quinta (31). As investigações podem resultar em cancelamento do acordo firmado pelos empresários.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunistas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Efeito de furacão nos Estados nidos favorece Petrobras

Mercado Aberto

A Petrobras pode ser beneficiada pelos efeitos do furacão Harvey no Texas. A empresa estatal brasileira, que mudou sua política de preços neste ano, pode ganhar receita, afirmam analistas.

Na região de Houston, a cidade do Texas mais atingida pelo furacão há uma concentração de refinarias cujas operações foram interrompidas. Estima-se que a capacidade dos EUA de processamento de petróleo em combustíveis e outros produtos tenha caído em 3 milhões de barris por dia —o equivalente ao consumo brasileiro inteiro.

Esse foi o número publicado pelo "Wall Street Journal".

O litro de gasolina e diesel aqui já teve aumentos, pois acompanham os valores do mercado internacional desde junho, quando a Petrobras mudou sua política de preços.

"A estatal reajustou para cima, e isso faz a receita dela crescer. Ela não deve perder mercado, pois, se alguma distribuidora de combustível for importar, vai pagar mais caro", diz Adriano Pires, da sócio da consultoria Cbie.

Há um incentivo para empresas brasileiras maximizarem o uso de suas refinarias, porque essa operação ficou mais lucrativa, afirma Edmar Almeida, da UFRJ.

"Com parte do parque americano fechado, caiu a demanda global por petróleo bruto, mas o preço dos derivados subiu", diz ele.

O efeito deve ser temporário. Um executivo de uma empresa de refino estima que parte da operação voltará ao normal em duas semanas.

O tempo pode ser maior, segundo ele, porque não só as refinarias foram atingidas, mas a infraestrutura para transporte também.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Alimentos caem pelo 4º mês seguido e compensam disparada do combustível

Os preços dos alimentos caíram pelo quarto mês vez consecutivo e ajudaram a conter o impacto da disparada dos combustíveis na inflação.

O IPCA, a inflação oficial do país, subiu 0,19% em agosto, após alta de 0,24% no mês anterior, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quarta-feira (6).

No acumulado de 12 meses até agosto, o IPCA teve alta de 2,46%, a menor variação acumulada em 12 meses desde fevereiro de 1999 (2,24%). Com isso, nota-se a desaceleração do índice comparando com o resultado de 2,71% observado no acumulado até julho.

Assim, o índice foi ainda mais abaixo do piso da meta oficial de inflação para este ano, de 4,5% com margem de 1,5 ponto percentual.

Pesquisa da Reuters apontou que a expectativa de analistas era de alta de 0,31% em agosto, acumulando em 12 meses avanço de 2,60%. O resultado final ficou abaixo até mesmo das expectativas mais baixas no levantamento. De acordo com o IBGE, o início da colheita da safra agrícola recorde derrubou os preços dos principais alimentos que fazem parte da mesa dos brasileiros e fez o grupo cair 1,07% no mês. Entre os itens que tiveram maior impacto estão feijão carioca (-14,86%), tomate (-13,85%), açúcar cristal (-5,90%), leite longa vida (-4,26%), frutas (-2,57%) e carnes (-1,75%).

Em 12 meses, a alimentação no domicílio acumula queda de 5,19%. Já a fora de casa, no mesmo período, tem alta de 4,28%.

Por outro lado, o grupo Transportes subiu 1,53% em agosto, principalmente por causa da disparidade no preço dos combustíveis (6,67%). O litro do etanol ficou 5,71% no mês, enquanto a gasolina, afetada pela nova política de preços da Petrobras e do aumento na alíquota de PIS/Cofins, subiu 7,19%.

Os números indicam que enquanto o combustível, com aumento de 6,67% nos preços, teve impacto de 0,32 ponto percentual no índice, a alimentação em queda ajudou a compensar com -0,27 ponto percentual.

"Dentro do período de coleta do IPCA de agosto, foram anunciados 19 reajustes de preços da gasolina", informou o instituto. Passagens aéreas ficaram 15,16% mais baratas.

COMBUSTÍVEL MAIS CARO

Em julho, o governo elevou as alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis para fortalecer o caixa e reduzir o rombo nas contas públicas.

A maior parte da arrecadação extra com a alta do PIS/Cofins virá da gasolina, cuja alíquota foi dobrada e passou a ser R\$ 0,41 por litro maior. No caso do diesel, o aumento foi de R\$ 0,21 por litro.

Com pressão do setor, o governo decidiu rever parte do reajuste na alíquota de PIS/Cofins do etanol, o que reduzirá o aumento do imposto por litro em R\$ 0,08. Em vez de o combustível ficar R\$ 0,32 mais caro por litro, como anunciado inicialmente, a alta foi de R\$ 0,24.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Álcool pode ser opção à gasolina

Com as constantes altas no preço da gasolina, o etanol volta a ser uma opção para os consumidores. Ainda é difícil encontrar o álcool num valor competitivo, mas alguns estabelecimentos no Distrito Federal vendem o combustível por menos de R\$ 3. O Correio percorreu 28 postos e percebeu que três oferecem o etanol nesse patamar (confira o quadro ao lado). Já a gasolina continua com valor médio de R\$ 4,15.

Para valer a pena, o álcool precisa custar entre 70% e 75% do preço da gasolina, dependendo do carro e do consumo do motorista. Levando em consideração a

média de preços, o etanol deveria estar entre R\$ 2,91 e R\$ 2,94. Mas alguns estabelecimentos já cobram a gasolina a R\$ 4,27 no cartão de crédito, permitindo que o biocombustível seja vantajoso em R\$ 2,99.

No entanto, mesmo com a gasolina tendo aumentado mais de R\$ 0,40 em alguns postos, de segunda para terça-feira, com os reajustes feitos nas refinarias da Petrobras, o álcool ainda não é competitivo na maioria dos estabelecimentos. A média dos valores do etanol nos estabelecimentos visitados é de R\$ 3,13.

O professor Rocimar Aguiar Ponte, 36 anos, criticou os preços altos e os sinais de que o cartel dos postos de revenda voltou a operar no Distrito Federal. Segundo ele, é mais vantajoso para o dono do estabelecimento deixar o preço do etanol alto para que o produto não seja competitivo. “É uma forma de aumentar a margem de lucro. E é possível notar uma similaridade nos preços cobrados”, reclamou.

Ponte gastou R\$ 50 para abastecer o carro com etanol na tarde de ontem. Ele disse que nem o álcool nem a gasolina são vantajosos, mas que optou por comprar o biocombustível por R\$ 2,99 o litro. “É um combustível que pode substituir a gasolina. Não é a melhor opção, mas é uma alternativa.”

Orquestração

Durante um ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) administrou a rede de postos Cascol, que detém a maior parte dos postos de revenda da capital e era apontada como orquestradora dos preços no DF. Para Rui Coutinho, ex-presidente do Cade, devido ao histórico do setor, é necessário acompanhar o mercado local de forma sistemática.

“O cartel é a mais grave conduta anticoncorrencial, porque causa prejuízo aos consumidores. É preciso investigar se os aumentos e os preços similares resultam de acordo entre os empresários”, disse. “A prática de deixar o etanol não competitivo pode ser algo real, mas é preciso apurar. Em matéria de cartel, eu não descarto nada”, completou Coutinho.

Dos 28 estabelecimentos visitados pelo Correio, 26 estão com diferença de preços menor que R\$ 0,03. A aposentada e empresária Alair Raposo, 63 anos, disse que é um absurdo o litro da gasolina ter aumentado R\$ 1,31 em menos de dois meses. “Eu não estou mais enchendo o tanque. Agora só abasteço de pouquinho e pouquinho, sempre procurando um preço baixo, mas está difícil”, criticou. Depois de aumentar o preço da gasolina em 11,09% nas refinarias nas últimas semanas, a Petrobras anunciou queda de 3,8% no combustível a partir

de hoje. Pela política de preços da estatal, o valor do produto varia de acordo com o mercado internacional.

Compare (em R\$):

Veja o valor cobrado pelos estabelecimentos pelos combustíveis

Posto Gasolina Gasolina Etanol (Débito) (Crédito)

Ale SHS Próximo à Torre de TV	4,16	4,26	3,19
Petrobras Eixo W 103 Sul	4,17	4,27	3,13
Petrobras Eixo W 105 Sul	4,15	4,25	—
Petrobras Eixo W 109 Sul	4,12	4,27	—
Petrobras Eixo W 113 Sul	4,17	4,27	3,13
Shell Eixo W 115 Sul	3,99	—	—
Petrobras Eixo L 214 Sul	4,13	4,14	—
Petrobras Eixo L 212 Sul	4,12	4,22	3,15
Jarjour Eixo L 210 Sul	4,13	4,19	2,99
PB Eixo L 206 Sul	4,15	—	3,19
Ipiranga Eixo L 204 Sul	4,16	4,26	3,11
Petrobras Eixo L 202 Sul	4,17	4,19	—
Petrobras Eixo L 203 Norte	4,17	4,27	3,13
Ipiranga Eixo L 204 Norte	4,19	4,29	3,19
Jarjour Eixo L 206 Norte	4,13	4,19	2,99
Petrobras Eixo L 208 Norte	4,16	—	3,29
Ipiranga Eixo L 210 Norte	4,19	4,26	3,11
Shell Eixo L 212 Norte	4,13	—	—
Petrobras Eixo L 214 Norte	4,16	—	—
Ipiranga Eixo L 115 Norte	4,16	4,26	3,11
Petrobras Eixo W 113 Norte	4,13	4,17	3,12
Ipiranga Eixo W 112 Norte	4,13	4,19	2,99
Shell Eixo W 109 Norte	4,16	4,16	3,19
Petrobras Eixo W 107 Norte	4,16	4,16	3,19
Petrobras Eixo W 105 Norte	4,16	4,26	—
Petrobras Eixo W 103 Norte	4,16	—	—
Petrobras SIG Quadra 3	4,15	4,25	—
Shell SIG Quadra 3	4,15	4,15	—

MME / ASCOM .